



Concurso Público para preenchimento de vagas de
Analista Legislativo
Especialidade Contabilidade

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'L12', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA OBJETIVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente, de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização das provas.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta.
- Duração da prova é de 4 horas e 30 minutos, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver este caderno e sua Folha de Respostas.
- O Caderno de Questões poderá ser levado somente com 30 (trinta) minutos para o término do tempo de prova.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: O texto abaixo refere-se às questões de números 1 a 5.

1 *No século VI a.C., os primeiros filósofos gregos preocuparam-se em conhecer os elementos constitutivos das coisas. Eles investigaram a Natureza, à busca de um princípio estável, comum a todos os seres, que explicasse a sua origem e as suas transformações.*

5 *Físicos, como foram chamados por Aristóteles, esses primeiros filósofos, de Tales a Anaxímenes, fundaram uma tradição de estudo da Natureza, seguida e aprofundada, entre outros, por Heráclito, Pitágoras, Demócrito.*

Na segunda metade do século V a.C., os Sofistas, professores da juventude ateniense numa época de crise, inspirados mais pelo interesse prático do que por uma intenção teórica pura, debateram, entre outras ideias, o Bem, a Virtude, o Belo, a Lei e a Justiça, formulando, a respeito de seu conteúdo, teses ousadas e contraditórias. Não obstante a falta de rigor e o propósito de confundir os adversários, com a habilidade de raciocínio que os notabilizou, os Sofistas tiveram o indiscutível mérito de introduzir, no estudo da sociedade e da cultura, o ponto de vista reflexivo-crítico que caracteriza a filosofia.

Mas seria preciso esperar por Sócrates (470-399 a.C.), misto de pedagogo e de filósofo, que procurou definir os valores morais, as profissões, o governo e o comportamento social, para que esse ponto de vista se insinuasse também na apreciação das artes. Sócrates, que discorria sobre todos os assuntos humanos, entrou, certa vez, no ateliê do pintor Parrásio, e a este perguntou o que a Pintura poderia representar.

30 *Platão (427-347 a.C.), discípulo de Sócrates, fez, no seu diálogo A república, um confronto, que se tornou decisivo pelas implicações filosóficas que encerra, entre Arte e Realidade. Levando em conta o caráter representativo da Pintura e da Escultura, o filósofo concluía, nesse diálogo, não só que essas artes estão muito abaixo da verdadeira Beleza que a inteligência humana se destina a conhecer, como também que, em comparação com os objetivos da ciência, é supérflua a atividade daqueles que pintam e esculpem, pois o que*

40 *produzem é inconsistente e ilusório. Por outro lado, Platão observa que a Poesia e a Música exercem influência muito grande sobre os nossos estados de ânimo, e que afetam, positiva ou negativamente, o comportamento moral dos homens.*

(Adaptado de: NUNES, Benedito. **Introdução à filosofia da arte**. 4. ed., São Paulo: Ática, 1999, p. 7 e 8)

1. No texto, o autor

- (A) comenta o percurso da filosofia com o intuito de comprovar que o pensamento filosófico se eleva sobre todas as outras formas de conhecimento, principalmente a relacionada ao universo das artes.
- (B) objetiva, entre outros aspectos, demonstrar que a denominação que Aristóteles deu aos primeiros filósofos constitui equívoco que a própria história se encarregou de corrigir.
- (C) debate distintas perspectivas da reflexão filosófica, ao longo dos séculos, para evidenciar o papel decisivo que Platão desempenha na pesquisa da inteligência humana.
- (D) cita pensadores para evidenciar caminho constitutivo do pensamento filosófico, considerando distintos aspectos sobre os quais recaíram as inquietações desses intelectuais nesse percurso.
- (E) firma, respeitando a cronologia, a relevância de cada um dos pensadores que compõem a história da Filosofia até seu apogeu, quando esta reconhece o significativo papel das artes plásticas na área filosófica.

2. Sobre os Sofistas, tal como caracterizados no texto, é correto afirmar:

- (A) foram suficientemente habilidosos para, numa época crítica da civilização grega, dar consistência e coerência às suas teses sobre a concepção do Bem, da Virtude, do Belo, da Lei e da Justiça.
- (B) motivados pela necessidade de orientar a juventude ateniense da segunda metade do século V a.C., dedicaram-se a atividades estritamente especulativas, sólida base para posteriores ações pedagógicas.
- (C) desempenharam papel pioneiro ao desenvolver técnicas, teses e conceitos novos, alicerçados na indiscutível capacidade mental que demonstravam ao encadear logicamente a argumentação com que defendiam seus princípios.
- (D) tiveram desqualificados seus méritos, principalmente o de fundar uma perspectiva filosófica no estudo da sociedade e da cultura, pela falta de rigor em suas práticas e pela evidente intenção de turvar o raciocínio dos seus parceiros de diálogo com teses falaciosas.
- (E) a atitude que assumiram diante do que elegeram para estudo na Atenas da segunda metade do século V a.C. representou a inserção de uma perspectiva de abordagem do objeto que é marca distintiva da filosofia.



3. Considerado o parágrafo 3, em seu contexto, é correto afirmar:
- (A) O emprego da forma verbal destacada em (linha 22) *Mas seria preciso esperar por Sócrates* indica que qualquer outro pedagogo ou filósofo poderia ser responsável pelo fato citado e que a presença de Sócrates como seu agente deve ser considerada um acontecimento fortuito.
- (B) Infere-se que a pergunta citada (linha 29) é considerada por Nunes uma indagação filosófica acerca da essência da Pintura, indagação que transportava para o domínio das artes a atitude interrogativa que já tinha sido assumida pelos filósofos gregos em relação às coisas e aos valores sociais.
- (C) A sequência (linhas 24 e 25) *os valores morais, as profissões, o governo e o comportamento social* constitui uma escala que vai do aspecto mais valorizado pelo autor ao que pode merecer menor destaque.
- (D) O emprego de (linha 26) *também* supõe que o ponto de vista referido tivesse já se insinuado em outras áreas, que não são, entretanto, mencionadas; isso exige do leitor que levante hipóteses sobre quais poderiam ser.
- (E) Transpondo o segmento (linhas 28 e 29) e a este perguntou o que a Pintura poderia representar, formulado em diálogo indireto, para o diálogo direto, a forma que respeita as orientações da gramática normativa é: "e a este pergunta: – O que a Pintura talvez chegue a representar?".
4. Afirma-se com correção sobre o que se tem no parágrafo 4:
- (A) (linhas 31 e 32) Em *que se tornou decisivo pelas implicações filosóficas que encerra*, justifica-se o emprego de dois distintos tempos verbais pelo fato de a primeira forma indicar uma ação que se deu em certo momento do passado e a segunda, uma opinião tomada como legítima.
- (B) (linhas 33 e 34) A frase *Levando em conta o caráter representativo da Pintura e da Escultura* exprime ideia de condição; assim, o segmento inicial equivale a "Se levasse em conta".
- (C) (linhas 33 a 44) O confronto estabelecido por Platão *entre Arte e Realidade* impede qualquer apreciação positiva de uma manifestação artística.
- (D) (linhas 30 a 44) Platão faz duas avaliações da Pintura e da Escultura, mas somente acerca de uma delas – *é supérflua a atividade daqueles que pintam e esculpem* – deixa explícito o parâmetro tomado para a apreciação.
- (E) (linhas 38 a 40) Em *é supérflua a atividade daqueles que pintam e esculpem, pois o que produzem é inconsistente e ilusório*, a inclusão de uma vírgula após a palavra *pois* preserva a correção gramatical do segmento.
5. Considerada a norma-padrão da língua, tem consistência o seguinte comentário:
- (A) (linha 2) a forma *preocuparam-se* exemplifica a existência de verbo que aceita um pronome oblíquo átono do mesmo número e pessoa do sujeito, o chamado verbo pronominal.
- (B) (linhas 4 e 5) em *que explicasse a sua origem*, a palavra destacada remete a *todos os seres*, não se admitindo a possibilidade de superposição de elementos retomados pelo pronome.
- (C) (linha 7) no segmento *de Tales a Anaxímenes*, as preposições demarcam aqueles que integram um grupo, sem contemplar a categoria temporal.
- (D) (linhas 20 e 21) se, em lugar de *o ponto de vista*, se tratasse de distintos pontos, a formulação "os distintos pontos de vista reflexivos-críticos" estaria em concordância com as normas gramaticais.
- (E) (linha 32) assim como *decisivo* está grafado em conformidade com as normas da gramática, o estão as palavras "proesa" e "deslize".
6. Ou me engano, ou isto quis dizer que se lançam véus sobre certas notícias a pretexto de que, sujeitas a tantas e tão virulentas críticas, faz mal às pessoas.
- Tomando como parâmetro a norma-padrão escrita, comentário adequado sobre o acima transcrito é: O período
- (A) está correto em todos os seus aspectos.
- (B) tem de receber duas correções: "quiz", em lugar de "quis", e "que se lança", em lugar de "que se lançam".
- (C) merece uma única correção: "fazem mal", em lugar de "faz mal".
- (D) tem de, entre outras, receber obrigatoriamente a alteração de "às pessoas" para "as pessoas".
- (E) tem de, entre outras, receber obrigatoriamente mais um acento indicativo da crase, em "à pretexto".
7. A frase em que as ideias estão expressas de modo claro e correto é:
- (A) Toda pessoa que paga imposto tem o direito de externar sua opinião sobre o modo como o governo trata os munícipes, mas se a pessoa está vinculada ao trabalho no setor da vida pública quando critica corrompe com a ética profissional.
- (B) No que se refere aos meios de comunicação, o brasileiro vive um período complexo: na medida que a mídia cai em descrédito com o grande público – o tratamento é abusivo das notícias ou grave peso ideológico – os novos veículos da informática ganham cada vez mais credibilidade.
- (C) A liberdade de expressão do cidadão que é funcionário do Estado em certa função encontra alguns condicionamentos em face de seu vínculo institucional, mas tal excessiva limitação não pode se interpretar a ponto de comprometer aquele direito.
- (D) Numa democracia, até mesmo, ou principalmente, a imprensa é meio que não se pode prescindir para a liberdade de expressão, e por isso da evolução democrática, motivo pelo qual há o sigilo da fonte, garantido pela lei vigente quando ocorre uma denúncia.
- (E) Ainda que seja legítimo o conceito de que é direito da pessoa expressar-se livremente – sobre qualquer assunto que lhe diga respeito ou lhe aprouver – e de que o sistema jurídico do país tem o dever de garantir esse bem da democracia, é leviano dissociá-lo da responsabilidade inerente ao gesto cidadão de manifestar-se.
8. A alternativa redigida em conformidade com a norma-padrão escrita é:
- (A) Enfatizou que nada contribue mais para o desânimo da categoria do que ver o jornalismo impresso hoje desmoralizado e rendido perante às redes sociais e novas mídias.
- (B) Se ele vir de avião, chegará antes do tempo previsto, mas, ninguém há de considerá-lo empecilho para que se dê continuidade aos preparativos da festa em sua própria homenagem.
- (C) De todas as atividades prazerosas, as que mais surtiam efeito positivo sobre o ânimo dos adolescentes eram as que concretizavam a intenção de levantar fundos para instituições beneficentes.
- (D) Tinha mania de imputar nos outros as ações que ela mesma praticava irrefletidamente, e por isso, ao suporem que faria o mesmo naquele dia, acusaram-lhe antecipadamente de malediscência.
- (E) Conclusões as mais absurdas possível foram endossadas por muitos pesquisadores de renome, os quais todos esperavam, com justiça, perspicácia e bom senso.



Atenção: O texto abaixo refere-se às questões de números 9 a 14.

Blogs e Colunistas

Sérgio Rodrigues

Sobre palavras

Nossa língua escrita e falada numa abordagem

irreverente

02/02/2012

Consultório

'No aguardo', isso está certo?

"Parece que virou praga: de dez e-mails de trabalho que me chegam, sete ou oito terminam dizendo 'no aguardo de um retorno'! Ou outra frase parecida com esta, mas sempre incluindo a palavra 'aguardo'. Isso está certo? Que diabo de palavra é esse 'aguardo' que não é verbo? Gostaria de conhecer suas considerações a respeito."
(Virgílio Mendes Neto)

Virgílio tem razão: uma praga de "no aguardo" anda infestando nossa língua. Convém tomar cuidado, nem que seja por educação: antes de entrarmos nos aspectos propriamente linguísticos da questão, vale refletir por um minuto sobre o que há de rude numa fórmula de comunicação que poderia ser traduzida mais ou menos assim: "Estou aqui esperando, vê se responde logo!".

(Onde terá ido parar um clichê consagrado da polidez como "Agradeço antecipadamente sua resposta"? Resposta possível: foi aposentado compulsoriamente ao lado de outros bordados verbais do tempo das cartas manuscritas, porque o meio digital privilegia as mensagens diretas e não tem tempo a perder com hipocrisias. O que equivale a dizer que, sendo o meio a mensagem, como ensinou o teórico da comunicação Marshall McLuhan, a internet é casca-grossa por natureza. Será mesmo?)

*Quanto à questão da **existência**, bem, o substantivo "aguardo" existe acima de qualquer dúvida. O dicionário da Academia das Ciências de Lisboa não o reconhece, mas isso se explica: estamos diante de um regionalismo brasileiro, um termo que tem vigência restrita ao território nacional. Desde que foi dicionarizado pela primeira vez, por Cândido de Figueiredo, em 1899, não faltam lexicógrafos para lhe conferir "foros de cidade", como diria Machado de Assis. Trata-se de um vocábulo formado por derivação regressiva a partir do verbo aguardar. Tal processo, que já era comum no latim, é o mesmo por meio do qual, por exemplo, do verbo fabricar se extraiu o substantivo fábrica.*

9. Considerados os textos do autor da coluna e do consulente, é correto dizer:

- (A) A resposta inicia-se com informações não solicitadas pelo consulente, mas importantes para esclarecer aspectos das perguntas que fez.
- (B) O consulente preocupa-se com a correção, enquanto o autor da coluna demonstra isenção em relação a qualquer uso da língua, desde que as formas em questão existam.
- (C) O autor da coluna menospreza o dicionário da Academia de Ciências de Lisboa por causa do evidente preconceito desta obra em relação à linguagem falada no Brasil.
- (D) O consulente revela disposição para mudar seu julgamento sobre "aguardo", caso se comprove que a palavra existe.
- (E) O autor da coluna e o consulente produzem textos em que cada um se dirige diretamente ao interlocutor, usando a 2ª pessoa do singular.

10. O autor

- (A) afirma fazer uso de expressões como "Agradeço antecipadamente sua resposta" porque elas ao menos permitem denotar polidez.
- (B) ironiza o privilégio concedido às pretensas mensagens diretas do meio digital, já que com elas se perde em estilo (*bordados verbais*) e em cortesia.
- (C) afirma, com bom humor, mas com base em trabalhos qualificados, que, desde sua dicionarização, "aguardo" é palavra característica de um vocabulário rural.
- (D) vale-se de informações sociolinguísticas, de história da língua e de morfologia para comprovar a existência de "aguardo".
- (E) recorre ao latim para propor que "aguardo" pode ter aparecido na língua bastante antes de 1899, data de sua dicionarização.

11. Considere as seguintes afirmações.

- I. Em **Nossa língua escrita e falada numa abordagem irreverente**, há uma ambiguidade que é produtiva para o texto: em qualquer uma das interpretações, a frase caracteriza bem a coluna.
- II. O uso de **Consultório** para nomear a coluna é incorreto, já que esse substantivo é usado para nomear certo espaço reservado aos profissionais da saúde.
- III. O autor destaca a palavra **existência** para enfatizar que vai tratar da questão em perspectiva específica: a da presença ou ausência do substantivo em dicionários.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, apenas.



12. Acerca da pontuação empregada, é correto o seguinte comentário:
- (A) Em *Que diabo de palavra é esse 'aguardo' que não é verbo?*, seria mais apropriado um ponto de exclamação, considerado o conteúdo da frase.
 - (B) Considerado o conteúdo do texto, os parênteses que acolhem o segundo parágrafo da resposta justificam-se pelo caráter menos central das informações e comentários que contêm.
 - (C) Na primeira linha do texto citado e nas três primeiras do texto de Sérgio Rodrigues, dado o sentido do que vem em seguida, os dois-pontos poderiam ser substituídos por “porque”.
 - (D) Em *foi aposentado compulsoriamente ao lado de outros bordados verbais*, a apresentação de *compulsoriamente* entre vírgulas alteraria o sentido original, tornando prescindível a presença desse advérbio na frase.
 - (E) As aspas em “*foros de cidade*” assinalam que a expressão é usada por outros, que não o autor, diferentemente das aspas em “*no aguardo*”.
-
13. Está correta a seguinte flexão para o plural:
- (A) *Trata-se de um vocábulo*: Tratam-se de vocábulos.
 - (B) *o meio digital privilegia as mensagens diretas e não tem tempo a perder*: os meios digitais privilegiam as mensagens diretas e não tem tempo a perder.
 - (C) *é casca-grossa por natureza*: são casca-grossas por natureza.
 - (D) *o substantivo [...] existe acima de qualquer dúvida*: os substantivos existem acima de qualquer dúvidas.
 - (E) *se extraiu o substantivo*: se extraíram os substantivos.
-
14. Considerada a norma culta escrita, há correta substituição de estrutura nominal por pronome em:
- (A) *Agradeço antecipadamente sua resposta* // Agradeço-lhes antecipadamente.
 - (B) *do verbo fabricar se extraiu o substantivo fábrica*. // do verbo fabricar se extraiu-lhe.
 - (C) *não faltam lexicógrafos* // não faltam-os.
 - (D) *Gostaria de conhecer suas considerações* // Gostaria de conhecê-las.
 - (E) *incluindo a palavra 'aguardo'* // incluindo ela.
-
15. Uma frase comum no início de certo tipo de documento oficial está corretamente redigida em:
- (A) Requeremos a Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, seja realizado uma Reunião Solene...
 - (B) Requeremos a Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja formulado um Voto de Aplauso pela beneficiência da senhora Ana Margarete da Silva...
 - (C) Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que sejam transcritos os artigos sobre a ascensão da nova classe média em Pernambuco...
 - (D) Requeremos a Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que, seja enviado Votos de Pesares aos familiares dos cabeleiros...
 - (E) Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais que seja realizado uma Audiência Pública...



Língua Inglesa

Atenção: Para responder às questões de números 16 a 20, considere o texto abaixo.

House Approves Higher Debt Limit Without Condition

By JONATHAN WEISMAN and ASHLEY PARKER

Feb. 11, 2014

WASHINGTON – Ending three years of brinkmanship in which the threat of a devastating default on the nation's debt was used to wring conservative concessions from President Obama, the House on Tuesday voted to raise the government's borrowing limit until March 2015, without any conditions.

The vote – 221 to 201 – relied almost entirely on Democrats in the Republican-controlled House to carry the measure and represented the first debt ceiling increase since 2009 that was not attached to other legislation. Only 28 Republicans voted yes, and only two Democrats voted no.

Simply by holding the vote, Speaker John A. Boehner of Ohio effectively ended a three-year Tea Party-inspired era of budget showdowns that had raised the threat of default and government shutdowns, rattled economic confidence and brought serious scrutiny from other nations questioning Washington's ability to govern. In the process, though, Mr. Boehner also set off a series of reprisals from fellow Republican congressmen and outside groups that showcased the party's deep internal divisions.

During the October 2013 government shutdown, The Times's David Leonhardt explained the debt limit and how a failure to raise it could have affected the economy both at home and abroad.

"He gave the president exactly what he wanted, which is exactly what the Republican Party said we did not want," said a Republican representative, Tim Huelskamp of Kansas, who last year unsuccessfully tried to rally enough support to derail Mr. Boehner's re-election as speaker. "It's going to really demoralize the base."

The vote was a victory for President Obama, Democrats and those Senate Republicans who have argued that spending money for previously incurred obligations was essential for the financial standing of the federal government. "Tonight's vote is a positive step in moving away from the political brinkmanship that's a needless drag on our economy," Jay Carney, the White House press secretary, said in a statement.

"A clean debt ceiling is a complete capitulation on the speaker's part and demonstrates that he has lost the ability to lead the House of Representatives, let alone his own party," said Jenny Beth Martin, co-founder of the Tea Party Patriots. "It is time for him to go."

Senator Harry Reid of Nevada, the majority leader, commended the speaker and promised to pass the bill as soon as possible. "We're happy to see the House is legislating the way they should have legislated for a long time," he said.

(Adapted from http://www.nytimes.com/2014/02/12/us/politics/boehner-to-bring-debt-ceiling-to-vote-without-policy-attachments.html?nl=todaysheadlines&emc=edit_th_20140212&r=0)

16. Segundo o texto,

- (A) embora a Câmara dos Representantes americana seja majoritariamente republicana, aprovou, com maioria dos democratas, elevar o teto da dívida até 2015.
- (B) os republicanos aprovaram a elevação do teto da dívida, mas impuseram determinados cortes de gastos públicos.
- (C) os republicanos vinham emperrando a aprovação do aumento do teto da dívida desde 2009.
- (D) Boehner teve o apoio da maioria dos republicanos, apesar das divergências internas do partido.
- (E) apesar de pressionado pelos republicanos, o Presidente Obama negou-se a fazer quaisquer concessões de linha mais conservadora.

17. De acordo com o texto,

- (A) apesar de ter feito campanha para reconduzir Boehner à presidência da Câmara, Tim Huelskamp se opôs à proposta de lei de prorrogação do teto de dívida do país até março de 2015.
- (B) Jenny Beth Martin acredita que Boehner terá de dirigir o Partido republicano sozinho, uma vez que perdeu o apoio da maioria.
- (C) alguns senadores republicanos apoiaram a prorrogação, argumentando que era importante para a saúde financeira do governo pagar dívidas já contraídas.
- (D) o senador Harry Reid comentou que o presidente da Câmara pretende aprovar a lei o mais breve possível.
- (E) o fato de a proposta de lei ter sido aprovada sem nenhuma concessão orçamentária representa uma retirada estratégica dos democratas que inicialmente haviam negado seu apoio.

18. As used in the text, and without any change in meaning, though could be replaced by

- (A) however.
- (B) therefore.
- (C) then.
- (D) in spite of.
- (E) in addition to.

19. No texto, o pronome sublinhado he refere-se a

- (A) Republican Party.
- (B) Tim Huelskamp .
- (C) Mr. Boehner.
- (D) David Leonhardt.
- (E) the president.

20. Considere a seguinte definição:

Brinkmanship is the technique of pushing a dangerous situation to the limits of safety in order to secure the greatest advantage.

Em qual dos exemplos abaixo a palavra *brinkmanship* está empregada de forma **incorreta**?

- (A) Even democracies engage in brinkmanship to protect their self-interests.
- (B) The airline is playing brinkmanship. It is taking a risk on its own behalf and on the customers.
- (C) He loves public service, and he loves the game of brinkmanship and the idea of playing it safe and compromising.
- (D) Brinkmanship involves such tactics as making unconditional demands, bluffing, threatening, and even walking out of negotiations to produce the effect of crisis.
- (E) Cheney said he may be playing a game of brinkmanship without realizing how close to the brink he is.



Regimento Interno

21. A Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco – ALEPE, nos termos do seu Regimento Interno, é competente para deliberar sobre a exoneração do Procurador-Geral de Justiça antes do término do seu mandato, aprovar a escolha dos Conselheiros do Tribunal de Contas e apreciar vetos apostos pelo Governador. Em todos esses casos, o *quorum* necessário é
- (A) 2/3 de seus membros.
 (B) 3/5 de seus membros.
 (C) maioria qualificada.
 (D) maioria absoluta.
 (E) maioria simples.
22. A posse do Deputado ocorrerá mediante prestação de compromisso e assinatura do termo de posse. Nos termos do Regimento Interno da ALEPE, é regra atinente à posse que
- (A) aberta a reunião, o Presidente convidará três Deputados para ocupar os lugares de primeiro, segundo e e terceiro secretários.
 (B) a direção dos trabalhos deverá ser assumida por um dos Deputados reeleitos que já tenha exercido a Presidência.
 (C) o não comparecimento do Deputado à posse configura infração sujeita à medida disciplinar.
 (D) no ato da posse é vedada a representação do Deputado diplomado através de procurador.
 (E) as dúvidas relativas à relação nominal dos Deputados serão encaminhadas à comissão criada para esse fim específico.
23. Dentre os motivos previstos no Regimento Interno da ALEPE para o Deputado se ausentar estão as viagens ao exterior. Nesse caso, deverá haver, previamente, encaminhamento de comunicação ao
- (A) Segundo Secretário.
 (B) Terceiro Secretário.
 (C) Primeiro Secretário.
 (D) Vice-Presidente.
 (E) Presidente.
24. Uma das formas previstas para a vacância do cargo de Deputado é por meio da renúncia, que independe de aprovação e se tornará
- (A) efetiva e irrevogável após a sua publicação.
 (B) efetiva após sua publicação, mas revogável no período de 15 dias.
 (C) efetiva após sua publicação, mas revogável no período de 30 dias.
 (D) temporária nos primeiros 30 dias e efetiva e irrevogável a partir daí.
 (E) temporária nos primeiros 30 dias úteis e efetiva e irrevogável a partir daí.
25. As Comissões Parlamentares Permanentes integram a estrutura institucional da ALEPE e têm por finalidades apreciar e deliberar sobre assuntos ou proposições submetidos ao seu exame e exercer o acompanhamento dos planos e programas governamentais. A fixação de subsídios e os programas de privatização são matérias cuja competência é exercida pela Comissão de
- (A) Constituição e Justiça.
 (B) Finanças, Orçamento e Tributação.
 (C) Administração Pública.
 (D) Desenvolvimento Econômico.
 (E) Legislação.

26. O Plenário é integrado pela totalidade dos Deputados, em efetivo exercício do mandato, e o uso da palavra é disciplinado pelo Regimento Interno da ALEPE, podendo ser exercido, inclusive, para apresentar dúvida suscitada quanto à aplicação das normas regimentais ou constitucionais, ato esse que se denomina

- (A) Aparte.
 (B) Questão de ordem.
 (C) Comunicação relevante.
 (D) Privilégio da dúvida.
 (E) Direito de participação.

27. As Reuniões Ordinárias do Plenário são realizadas de segunda a quinta-feira, em rito preestabelecidas no Regimento Interno da ALEPE, que prevê sua realização em partes na seguinte ordem:

- (A) Expediente Inicial, Ordem do Dia, Pequeno Expediente, Grande Expediente, Comunicação de Lideranças e Explicação Pessoal.
 (B) Explicação Pessoal, Expediente Inicial, Ordem do Dia, Pequeno Expediente, Grande Expediente e Comunicação de Lideranças.
 (C) Comunicação de Lideranças, Expediente Inicial, Explicação Pessoal, Ordem do Dia, Pequeno Expediente e Grande Expediente.
 (D) Explicação Pessoal, Expediente Inicial, Comunicação de Lideranças, Ordem do Dia, Pequeno Expediente e Grande Expediente.
 (E) Expediente Inicial, Pequeno Expediente, Grande Expediente, Ordem do Dia, Comunicação de Lideranças e Explicação Pessoal.

Direito Constitucional

28. Um indivíduo pretende tomar as providências jurídicas cabíveis em razão dos danos morais e materiais que sofreu, decorrentes de matéria jornalística produzida a seu respeito, com conteúdo inverídico, divulgada por empresa de comunicação. Para hipóteses como esta, a Constituição Federal assegura ao ofendido o direito
- (A) de resposta, proporcional ao agravo, mas não o direito à indenização por dano material ou moral, tendo em vista a previsão constitucional da liberdade de manifestação do pensamento e de comunicação.
 (B) de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material e moral.
 (C) de resposta, proporcional ao agravo ou, então, o direito à indenização por dano moral e material, sendo vedado ao ofendido, sob pena de enriquecer ilícitamente, cumular o exercício do direito de resposta com o recebimento de indenização pelos danos sofridos.
 (D) à indenização por dano material e moral, sendo incabível o direito de resposta, uma vez que a Constituição Federal prevê a liberdade de manifestação do pensamento e de comunicação.
 (E) de pleitear, junto ao órgão de fiscalização competente, a aplicação de penalidades administrativas ao autor da matéria, não cabendo o direito de resposta, nem indenização por danos materiais e morais, uma vez que a Constituição Federal assegura a liberdade de manifestação do pensamento e de comunicação.



29. O Governador de determinado Estado pretende candidatar-se à reeleição para o cargo, também almejado pelo Prefeito de um Município. Considerando que ambos estão em exercício de primeiro mandato, e de acordo com as regras constitucionais sobre inelegibilidade, o Governador
- (A) e o Prefeito poderão ser candidatos aos cargos que pretendem, independentemente de renunciarem a seus mandatos.
 - (B) e o Prefeito poderão ser candidatos aos cargos que pretendem, desde que renunciem aos respectivos mandatos quatro meses antes do pleito.
 - (C) somente poderá candidatar-se à reeleição caso renuncie ao mandato até seis meses antes do pleito, mas o Prefeito poderá ser candidato a Governador, independentemente de renunciar a seu mandato.
 - (D) poderá ser candidato à reeleição, independentemente de renunciar a seu mandato, mas o Prefeito somente poderá candidatar-se a Governador caso renuncie ao mandato até seis meses antes do pleito.
 - (E) poderá ser candidato a reeleição, independentemente de renunciar a seu mandato, mas o Prefeito somente poderá candidatar-se a Governador caso renuncie ao mandato até quatro meses antes do pleito.
-
30. De acordo com o texto constitucional, o desmembramento de Município pode ocorrer por lei
- (A) municipal, dentro do período determinado por lei complementar estadual, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei, sendo desnecessária a consulta prévia, mediante plebiscito, à população do Município envolvido.
 - (B) municipal, dentro do período determinado por lei complementar federal, sendo necessária consulta prévia, mediante plebiscito, à população do Município envolvido, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
 - (C) estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, desde que atendidos aos demais requisitos previstos em lei, sendo desnecessária a consulta prévia, mediante plebiscito, à população do Município envolvido.
 - (D) estadual, dentro do período determinado por lei complementar estadual, desde que atendidos aos demais requisitos previstos em lei, sendo desnecessária a consulta prévia, mediante plebiscito, à população do Município envolvido.
 - (E) estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerá de consulta prévia, mediante plebiscito, à população do Município envolvido, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
-
31. O Governo de determinado Estado realizou campanha publicitária, paga com recursos públicos advindos da arrecadação de impostos, para divulgação do programa de saúde pública instituído no Estado. A campanha publicitária afirmou que o programa de saúde pública era uma realização do partido político ao qual o Governador do Estado era filiado, tendo o Governador sido citado nominalmente na campanha, que também utilizou sua imagem. Considerando o disposto na Constituição Federal, trata-se de publicidade realizada
- (A) regularmente, uma vez que o cidadão tem direito a ser informado sobre as políticas públicas instituídas pelo Governo, devendo ter caráter educativo, informativo ou de orientação social.
 - (B) irregularmente, uma vez que da publicidade dos programas dos órgãos públicos não poderão constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, devendo ter caráter educativo, informativo ou de orientação social.
 - (C) irregularmente, uma vez que é vedada a realização de campanha publicitária dos programas de governo com recursos públicos, salvo se provenientes de doações.
 - (D) irregularmente, uma vez que não poderia ter sido utilizada a imagem do Governador, ainda que seu nome e o nome de seu partido pudessem ser utilizados na campanha.
 - (E) regularmente, uma vez que a publicidade dos programas de saúde pública exige a indicação da autoridade responsável pelo programa, em razão do princípio da transparência, devendo ter caráter educativo, informativo ou de orientação social.



32. Deputado Federal apresentou projeto de lei que aumenta o número de cargos públicos na Administração pública federal direta, aumenta os respectivos vencimentos e ainda dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos federais. O projeto, aprovado pelas Casas do Congresso Nacional, foi encaminhado para sanção ou veto presidencial. Considerando as disposições da Constituição Federal a respeito da iniciativa legislativa, o projeto foi aprovado
- (A) irregularmente, uma vez que as matérias contidas no projeto de lei são de iniciativa privativa do Presidente da República que, por essa razão, poderá vetá-lo integralmente.
- (B) irregularmente, uma vez que apenas projeto de lei de iniciativa do Presidente da República pode aumentar o número de cargos públicos na Administração pública direta, ainda que o regime jurídico dos servidores públicos e o aumento dos seus vencimentos possam constar de projeto de lei de iniciativa parlamentar, podendo o Presidente da República vetar parcialmente o referido projeto de lei por motivo de inconstitucionalidade.
- (C) irregularmente, uma vez que apenas projeto de lei de iniciativa do Presidente da República pode aumentar os vencimentos dos servidores públicos, ainda que o aumento do número de cargos públicos e o regime jurídico dos servidores públicos possam constar de projeto de lei de iniciativa parlamentar, podendo o Presidente da República vetar parcialmente o referido projeto de lei por motivo de inconstitucionalidade.
- (D) irregularmente, uma vez que apenas projeto de lei de iniciativa do Presidente da República pode dispor sobre o regime jurídico dos servidores públicos, ainda que o aumento do número de cargos públicos e o aumento dos respectivos vencimentos possam constar de projeto de lei de iniciativa parlamentar, podendo o Presidente da República vetar parcialmente o referido projeto por motivo de inconstitucionalidade.
- (E) regularmente, não havendo qualquer vício de iniciativa legislativa que o torne inconstitucional e que possa ensejar o veto presidencial por esse motivo.

33. Lei estadual, promulgada em 15 de dezembro, aumentou a alíquota do imposto sobre circulação de mercadorias, determinando que a nova alíquota incidiria sobre os fatos geradores ocorridos a partir de 1^o de janeiro do ano seguinte. No que toca ao prazo para que a nova alíquota do imposto seja exigida, a lei estadual
- (A) é compatível com a Constituição Federal, uma vez que observou a regra segundo a qual é vedado cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.
- (B) não é compatível com a Constituição Federal, uma vez que não observou a regra segundo a qual é vedado cobrar tributos antes de decorridos cento e vinte dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.
- (C) é compatível com a Constituição Federal, uma vez que observou a regra segundo a qual é vedado cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado.
- (D) não é compatível com a Constituição Federal, uma vez que não observou a regra segundo a qual é vedado cobrar tributos antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.
- (E) é compatível com a Constituição Federal, uma vez que o tributo poderia ser cobrado inclusive no mesmo exercício financeiro em que foi publicada a lei que o aumentou.

Direito Administrativo

34. Por meio da Lei Complementar estadual nº 257/2013, instituiu-se recentemente o regime de previdência complementar no Estado de Pernambuco, de caráter facultativo e aplicável aos que ingressarem no serviço público estadual a partir da autorização do funcionamento desse regime pelo órgão federal competente. De acordo com essa lei, estão abrangidos por esse sistema os
- (A) servidores públicos de qualquer Poder do Estado, titulares de cargos efetivos ou em comissão.
- (B) deputados estaduais e os juízes de direito membros do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco.
- (C) funcionários públicos de autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista do Estado.
- (D) servidores públicos do Poder Executivo, apenas, titulares de cargos efetivos ou em comissão.
- (E) servidores e funcionários públicos do Estado aposentados por tempo de contribuição.
35. Considere as afirmativas abaixo.
- I. Nos termos da Lei nº 8.429/92, para que seja configurado ato de improbidade administrativa é necessário ter havido prejuízo financeiro ao erário público.
- II. Caso o agente já tenha sofrido condenação por crime de peculato, não caberá sanção por improbidade administrativa para o mesmo fato para o qual já atribuída sanção penal.
- III. As modalidades de atos de improbidade administrativa expressamente previstas na Lei nº 8.429/92 constituem rol meramente exemplificativo.
- IV. De acordo com a Lei nº 8.429/92, é possível haver atos de improbidade administrativa comissivos, omissivos, dolosos ou culposos.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I.
- (B) II.
- (C) I e II.
- (D) II e III.
- (E) III e IV.
36. Quanto ao procedimento de acesso à informação no âmbito da Assembleia Legislativa de Pernambuco, nos termos da Lei estadual nº 15.224/2013, é INCORRETO afirmar:
- (A) qualquer pessoa jurídica poderá formular pedido de acesso à informação.
- (B) serão indeferidos pedidos genéricos de acesso à informação, ainda que formulados por pessoa idosa.
- (C) serão indeferidos pedidos de acesso à informação imotivados, ainda que de interesse público.
- (D) o prazo para resposta da Assembleia Legislativa ao pedido poderá ser prorrogado, mediante justificativa encaminhada ao requerente antes do término do prazo inicial de vinte dias.
- (E) no caso de negativa de acesso à informação, poderá o requerente apresentar recurso dirigido à Ouvidoria da Assembleia Legislativa, que deverá apreciá-lo no prazo legalmente estabelecido.



<p>37. Consideradas as disposições contidas na Constituição Federal acerca dos cargos, empregos e funções públicos, é correto afirmar:</p> <p>(A) os empregos e funções públicos são acessíveis a brasileiros e estrangeiros, mas os cargos públicos somente são acessíveis a brasileiros.</p> <p>(B) os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.</p> <p>(C) a exigência constitucional de aprovação prévia em concurso público refere-se somente à investidura em cargos públicos efetivos, sendo dispensada para cargos comissionados e empregos públicos.</p> <p>(D) a Administração pública de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deverá publicar decreto reservando percentual dos seus respectivos cargos públicos para as pessoas portadoras de deficiência.</p> <p>(E) por força de Emenda à Constituição, não mais se admite a contratação por tempo determinado no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.</p>	<p style="text-align: center;">Direito Financeiro</p> <p>40. Em uma situação hipotética, o Presidente da República, com base no disposto no art. 153, <i>caput</i>, inciso I, combinado com o § 1º desse mesmo artigo da Constituição Federal, reduziu a alíquota do Imposto de Importação.</p> <p>A referida redução, que representa renúncia de receita tributária, foi feita sem estimativa do impacto orçamentário-financeiro do montante de perda de receita e sem atender ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias.</p> <p>Levando em conta o que a Lei Complementar nº 101/00 estabelece a respeito da responsabilidade na gestão fiscal, essa redução</p> <p>(A) não pode ser feita, pois representa renúncia de receita.</p> <p>(B) só pode ser feita se acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, e atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias.</p>
<p>38. Sobre os contratos administrativos, é correto afirmar:</p> <p>(A) é exigência legal o estabelecimento de garantia contratual, em valor correspondente a, no mínimo, 5% do valor do contrato.</p> <p>(B) o equilíbrio econômico-financeiro é cláusula contratual que garante estabilidade ao contratado, na medida em que veda aumento dos encargos deste ao longo da execução do contrato.</p> <p>(C) o equilíbrio econômico-financeiro é equação que se estabelece no momento em que celebrado o contrato, relacionando os encargos que serão assumidos pelo contratado e a contraprestação a ser assegurada pela Administração.</p> <p>(D) a rescisão unilateral é admitida em Lei em caráter excepcional e libera a Administração pública de ressarcir o contratado de eventuais prejuízos que este venha a alegar.</p> <p>(E) os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras são admitidos, desde que não superem 30% do valor inicial atualizado do contrato.</p>	<p>(C) pode ser feita, pois, como redução de alíquota não é benefício fiscal, sua redução, em relação aos tributos de maneira geral e aos impostos de maneira específica, não representa renúncia de receita.</p> <p>(D) só pode ser feita se o autor da proposta, para sua concessão, houvesse demonstrado que essa renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da Lei de Diretrizes Orçamentárias.</p> <p>(E) pode ser feita, pois, tal como as alíquotas do IOF, as alíquotas do Imposto de Importação podem ser alteradas por ato do poder executivo, atendidas as condições e os limites estabelecidos em lei, não estando sujeitas às limitações contidas no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.</p>
<p>39. O princípio da continuidade do serviço público serve de fundamento para a</p> <p>(A) proibição do direito de greve de servidores públicos, prevista inclusive na Constituição Federal.</p> <p>(B) proibição, em qualquer hipótese, de suspensão da execução do contrato administrativo pelo particular.</p> <p>(C) regra legal da inexigibilidade de licitação nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.</p> <p>(D) exigência de permanência do servidor em serviço, ainda que este preencha os requisitos para aposentadoria compulsória.</p> <p>(E) utilização compulsória de equipamentos, recursos humanos e materiais da empresa contratada empregados na execução do contrato, quando este tiver sido rescindido unilateralmente.</p>	<p>41. O Plano Plurianual da União para o período 2012-2015 (Lei Federal nº 12.593/12) tem diversas diretrizes. Com base na referida lei, são diretrizes estabelecidas no PPA 2012-2015:</p> <p>(A) a inclusão digital e a promoção da sustentabilidade ambiental.</p> <p>(B) a garantia da soberania nacional e o incremento na integração do país ao contexto sul-americano.</p> <p>(C) a otimização da arrecadação de origem tributária e o aumento da eficiência dos gastos públicos.</p> <p>(D) o estímulo e a valorização da educação, da ciência e da tecnologia e a garantia dos direitos humanos com redução das desigualdades sociais, regionais, étnico-raciais e de gênero.</p> <p>(E) o crescimento econômico sustentável e o controle permanente do câmbio e da inflação.</p>



42. A Constituição Federal permite que a União institua empréstimos compulsórios mediante lei complementar. O art. 148 de seu texto tem a seguinte dicção:

“Art. 148. A União, mediante lei complementar, poderá instituir empréstimos compulsórios:

- I. para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência;
- II. no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional, observado o disposto no art. 150, III, “b”.

Parágrafo único. A aplicação dos recursos provenientes de empréstimo compulsório será vinculada à despesa que fundamentou sua instituição.”

De acordo com a Lei Federal nº 4.320/64, o montante do referido empréstimo, exigível pela União após transcurso do prazo para pagamento, será inscrito, na forma da legislação própria, em registro próprio, após apurada a sua liquidez e certeza, como

- (A) Dívida Ativa Tributária.
- (B) Dívida Ativa não Tributária.
- (C) Crédito Tributário a ajuizar.
- (D) Crédito não Tributário a ajuizar.
- (E) Crédito sujeito à prescrição.

43. De acordo com a Constituição Federal, a competência da União para legislar sobre Direito Financeiro e Orçamento

- (A) é concorrente com a dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, observadas as restrições decorrentes de tratados e convenções firmados entre Brasil e Organizações Internacionais.
- (B) é suplementar, desde que não tenha sido exercida pelos Estados ou pelos Municípios, observadas, quando for o caso, as restrições decorrentes de compromissos firmados com países estrangeiros e organismos internacionais.
- (C) é limitada a estabelecer normas gerais sobre direito financeiro e orçamento no âmbito municipal, exceto no que concerne aos assuntos que tiverem sido objeto de acordo com organismos internacionais.
- (D) se não exercida para editar lei federal sobre normas gerais, permitirá que os Estados exerçam sua competência legislativa plena, para atender as suas peculiaridades.
- (E) é concorrente com a dos Estados e do Distrito Federal, no que diz respeito a estabelecer normas específicas ou gerais de direito financeiro e orçamento.

44. O art. 159, inciso I, alínea “d” da Constituição Federal estabelece que 1% do Imposto sobre Produtos Industrializados será entregue ao Fundo de Participação dos Municípios, até o final do primeiro decêndio do mês de dezembro de cada ano.

De acordo com o texto constitucional, caso o Presidente da República decida fazer esse repasse diretamente às Prefeituras e não ao Fundo de Participação dos Municípios, ele

- (A) não poderá fazê-lo, em momento algum, porque a lei do orçamento veda a aprovação de emendas que incidam sobre “transferências tributárias constitucionais para Estados, Municípios e Distrito Federal”.
- (B) poderá fazê-lo, desde que compatível com o plano plurianual e o Presidente da República envie ao Congresso Nacional mensagem propondo essa modificação, antes de iniciada a votação na Comissão mista, da parte cuja alteração é proposta.
- (C) poderá fazê-lo, desde que compatível com o plano plurianual, e o Presidente da República envie ao Congresso Nacional mensagem propondo essa modificação, antes de iniciada a votação, pelo plenário, da parte cuja alteração é proposta.
- (D) não poderá fazê-lo, pois os projetos de lei relativos ao orçamento anual, relativamente às transferências tributárias constitucionais para Estados, Municípios e Distrito Federal só podem ser objeto de emenda de iniciativa de deputados e senadores.
- (E) poderá fazê-lo, desde que a proposta para encaminhamento dessa emenda seja subscrita por um terço de deputados e um terço de senadores que não integrem a Comissão mista que apreciará a matéria.

**Raciocínio Lógico**

45. João, Pedro e Luís têm x , y e z reais, ainda que não necessariamente nessa ordem. Em uma conversa entre essas três pessoas, João disse a quem tem y reais que o outro tem x reais. Luís disse a quem tem x reais que nenhum dos três tem totais iguais de reais. Se todos dizem a verdade, e Pedro é o que tem menos reais, então, necessariamente será positivo o resultado da conta

- (A) $z - y$.
- (B) $x - y - z$.
- (C) $x + y - z$.
- (D) $z - x$.
- (E) $x - y$.

46. Quatro tipos de doces diferentes são embalados em caixas de mesmo formato e aparência, a não ser pelo rótulo indicativo do tipo de doce nela contido. Por equívoco, os rótulos das quatro caixas foram trocados de forma que nenhum deles corresponde ao doce nela contido. Por meio do uso do raciocínio lógico, o menor número de caixas que precisam ser abertas para que se possa ter certeza do conteúdo contido nas quatro caixas é

- (A) 2.
- (B) 1.
- (C) 0.
- (D) 4.
- (E) 3.

47. Ano bissexto é aquele em que acrescentamos 1 dia no mês de fevereiro, perfazendo no ano um total de 366 dias. São anos bissextos os múltiplos de 4, exceto os que também são múltiplos de 100 e simultaneamente não são múltiplos de 400. De acordo com essa definição, de 2014 até o ano 3000 teremos um total de anos bissextos igual a

- (A) 245.
- (B) 239.
- (C) 244.
- (D) 238.
- (E) 249.

48. Em um grupo de 90 funcionários de uma repartição pública sabe-se que:

- 12 têm conhecimentos jurídicos, contábeis e de informática;
- 56 têm conhecimentos de informática;
- 49 têm conhecimentos contábeis.

Além disso, todos que têm conhecimentos jurídicos também conhecem informática, e 8 funcionários não têm conhecimento jurídico, nem de informática e nem contábil. Nas condições dadas, o número de funcionários que têm conhecimentos de informática e de contabilidade (simultaneamente), mas que não têm conhecimentos jurídicos, é igual a

- (A) 25.
- (B) 18.
- (C) 11.
- (D) 7.
- (E) 26.

49. Ordenando ao acaso todas as letras da palavra TRIBUNAL, o que inclui a própria palavra TRIBUNAL, teremos 40320 palavras (palavras com ou sem significado). Escolhendo ao acaso uma dessas palavras, a probabilidade de que ela comece e termine por vogal é igual a

- (A) $\frac{3}{14}$.
- (B) $\frac{5}{28}$.
- (C) $\frac{1}{7}$.
- (D) $\frac{1}{14}$.
- (E) $\frac{3}{28}$.

50. João, Alberto, Miguel e Carlos são irmãos. João tem 2 anos a mais do que Alberto. Miguel tem 3 anos a mais do que Alberto, que por sua vez tem 2 anos a mais do que Carlos. Nas condições dadas, o mais velho dos irmãos e o terceiro mais velho são, respectivamente,

- (A) Miguel e João.
- (B) Miguel e Alberto.
- (C) João e Alberto.
- (D) João e Carlos.
- (E) Alberto e Carlos.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

51. Em relação ao Orçamento Programa, considere:

- I. O orçamento é elo entre o planejamento e as funções executiva da organização.
- II. A alocação dos recursos visa o atendimento ao plano político de governo definido pelo gestor público.
- III. O controle visa avaliar a eficiência, a eficácia e a efetividade das ações governamentais.
- IV. Na elaboração do orçamento são considerados todos os custos do programa, inclusive os que extrapolam o exercício.
- V. A estrutura do orçamento está voltada para os aspectos financeiros e de planejamento.

É correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I, III e IV.
- (C) II, III e IV.
- (D) II, IV e V.
- (E) III, IV e V.

52. Sobre o Plano Plurianual – PPA, é correto afirmar:

- (A) compreende as metas e prioridades da Administração pública federal, incluindo o reflexo das despesas correntes para o exercício subsequente.
- (B) orienta a elaboração da lei orçamentária anual e o plano de metas do governo.
- (C) autoriza a concessão de vantagens ou aumento de remuneração, para a criação de cargos por envolver mais de um período financeiro.
- (D) estabelece as diretrizes, objetivos e metas para as despesas de capital e outras dela decorrentes e para os programas de duração continuada.
- (E) estabelece os parâmetros para a elaboração de propostas orçamentárias de despesas de capital, incluindo novos investimentos para o Poder Executivo.

53. Com relação à Lei Orçamentária Anual – LOA, instrumento de planejamento que fixa despesas e prevê receitas, é correto afirmar que compreenderá os orçamentos

- (A) fiscal, da seguridade social e de investimentos das empresas.
- (B) financeiro, orçamentário e patrimonial.
- (C) despesas correntes, de capital e programas de governo.
- (D) despesas correntes, orçamentário e financeiro.
- (E) fiscal, financeiro e de programas de governo.

54. A Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO disporá sobre:

- I. A distribuição dos recursos correntes e de capital de forma regionalizada.
- II. As alterações na legislação tributária.
- III. O equilíbrio entre receitas e despesas.
- IV. As normas relativas ao controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos.
- V. As diretrizes, objetivos e metas para as despesas de capital e outras dela decorrentes e para os programas de duração continuada.

É correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I, III e IV.
- (C) II, III e IV.
- (D) I, II e V.
- (E) III, IV e V.



55. Após a promulgação da LOA e com base nos limites nela fixados, o Poder Executivo aprovará um quadro de quotas trimestrais de autorização de despesas para cada unidade orçamentária. Este quadro tem o objetivo de:
- I. Garantir à unidade orçamentária o valor fixo trimestral de gastos autorizados, os quais passam a compor a obrigação do Poder Executivo para com a unidade orçamentária.
 - II. Efetuar controle financeiro visando a definição de limites máximos para que o ente possa contrair novos empréstimos.
 - III. Assegurar às unidades orçamentárias, em tempo útil, a soma de recursos necessários e suficientes a melhor execução do seu programa anual de trabalho.
 - IV. Manter o equilíbrio entre receita arrecadada e despesa realizada.
 - V. Planejar os gastos efetivos visando a máxima redução de probabilidade da existência de insuficiência de tesouraria.

É correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I, III e V.
- (C) II, III e IV.
- (D) II, IV e V.
- (E) III, IV e V.

56. A classificação da despesa orçamentária, segundo a sua natureza, está classificada em categorias econômicas,

- (A) grupos, modalidades de aplicação e elementos.
- (B) grupos, modalidades de aplicação e financeira.
- (C) modalidades de aplicação, elementos e financeira.
- (D) correntes, de capital e extra-orçamentária.
- (E) correntes, de capital e financeira.

57. São exemplos de classificação por subfunção no orçamento público:

- (A) Administração, Saúde, Trabalho e Educação.
- (B) Controle externo, Vigilância Sanitária, Empregabilidade e Ensino Superior.
- (C) Controle interno, Vigilância Sanitária, Trabalho e Educação.
- (D) Previdência Social, Desenvolvimento Científico, Abastecimento e Telecomunicações.
- (E) Comércio e Serviços, Direitos da Cidadania, Desenvolvimento Científico e Telecomunicações.

58. O Balancete de Verificação de um determinado ente público mostrou os seguintes saldos de despesas orçamentárias por subfunções, em reais:

Tecnologia da informação	100.000
Comunicação social	150.000
Atenção básica	200.000
Assistência ao idoso	250.000
Empregabilidade	300.000
Educação básica	350.000
Normalização e Fiscalização	400.000

De acordo com as informações, o saldo das subfunções relacionadas à função administração é de

- (A) 250.000
- (B) 350.000
- (C) 450.000
- (D) 550.000
- (E) 650.000

59. O Balancete de Verificação de um determinado ente público mostrou os seguintes saldos de receitas, em reais:

Receita tributária	500.000
Alienação de bens	450.000
Receita de contribuições	400.000
Operações de crédito	350.000
Receita de serviços	300.000
Amortização de empréstimos	250.000

De acordo com as informações, o saldo das receitas correntes é de

- (A) 900.000
- (B) 1.050.000
- (C) 1.200.000
- (D) 1.250.000
- (E) 1.350.000



60. O Sr. José de Arimatéia foi nomeado pelo Ministro da Educação como responsável pelo Controle Interno do ministério. Durante suas atividades, verificou a existência de irregularidade nos convênios realizados com municípios de determinada região do país, envolvendo políticos e servidores administrativos. De acordo com a Constituição Federal, seu procedimento deverá ser:
- (A) dar ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.
 - (B) dar ciência ao Sr. Ministro responsável pela pasta, sob pena de demissão do cargo.
 - (C) dar ciência ao Sr. Presidente da República sobre as irregularidades verificadas na pasta, sob pena de responsabilidade solidária.
 - (D) dar ciência à Câmara dos Deputados sob pena de responsabilidade solidária com os atos realizados no referido ministério.
 - (E) não efetuar qualquer registro, pois a responsabilidade pelos recursos é do ordenador das despesas.
-

61. De acordo com a Lei nº 4.320/64, compreende a dívida flutuante:

- I. Os restos a pagar e os serviços da dívida a pagar.
- II. Os depósitos.
- III. Os débitos de tesouraria.
- IV. As dívidas externas a pagar.
- V. As dívidas internas a pagar.

De acordo com a Lei nº 4.320/64, é correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
 - (B) I, II e IV.
 - (C) I, II e V.
 - (D) II, III e IV.
 - (E) III, IV e V.
-

62. Uma unidade da Federação contratou uma empresa para prestação dos serviços de vigilância da sede do governo pelo valor mensal de R\$ 20.000,00, por um período de 18 meses, com início em 01/05/2013. O setor responsável pela contratação deverá emitir um empenho relativo ao exercício de 2013 do tipo

- (A) ordinário de R\$ 160.000.
 - (B) estimativo de R\$ 160.000.
 - (C) global de R\$ 160.000.
 - (D) global de R\$ 360.000.
 - (E) estimativo de R\$ 360.000.
-

63. Um ente da federação foi acometido por fortes inundações no mês de março de 2013 decorrente de um excessivo volume de chuvas e a conseqüente cheia dos rios de determinada região. Os serviços e demais bens de consumo a serem adquiridos montam o valor de R\$ 10.000.000,00. Como o Estado não dispõe de estrutura de equipamentos e pessoal para atender às pessoas necessitadas, o governador deverá autorizar a

- (A) abertura de processo licitatório na modalidade de pregão eletrônico ou presencial visando a contratação de prestação de serviços.
 - (B) abertura de licitação.
 - (C) contratação de processo licitatório na modalidade de concorrência.
 - (D) dispensa de licitação para contratação de serviços emergenciais.
 - (E) contratação de processo licitatório na modalidade de tomada de preço, na modalidade técnica e preço.
-



64. Considere as afirmativas sobre o Sistema Contábil.

- I. Representa a estrutura de informações sobre identificação, mensuração, registro, controle, evidenciação e avaliação dos atos e dos fatos da gestão do patrimônio público.
- II. Tem por objetivo orientar e suprir o processo de decisão, a prestação de contas e a instrumentalização do controle social.
- III. Está estruturado nos seguintes subsistemas de informações: orçamentário, financeiro, patrimonial, de custos e de compensação.
- IV. É composto por três grupos: ativos, passivos e patrimônio líquido.

De acordo com a NBC T 16.2, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) III e IV.
- (D) II e IV.
- (E) I e III.

65. Na mensuração de passivos, de acordo com a NBC T 16.10, as obrigações

- (A) em moeda estrangeira devem ter seus valores convertidos à taxa de câmbio da data da transação.
- (B) prefixadas de curto prazo são ajustadas pelo valor presente.
- (C) pós-fixadas são ajustadas considerando-se somente os juros incorridos até a data de divulgação do balanço.
- (D) podem ser reconhecidas somente quando o seu valor possa ser determinado com exatidão.
- (E) devem ter seus valores reduzidos em conformidade com os riscos de não pagamento reconhecidos em conta de ajuste.

66. De acordo com a NBC T 16.5, são elementos essenciais do registro contábil:

- (A) a data de ocorrência da transação e o valor da transação.
- (B) o histórico da transação e o funcionamento das contas contábeis.
- (C) a função atribuída às contas contábeis e o número de controle dos registros eletrônicos.
- (D) a conta creditada e a tabela de codificação de registros.
- (E) a conta debitada e a tempestividade do registro.

67. Considere as informações sobre a movimentação de um dos itens do estoque de material de consumo de um órgão do Poder Executivo Estadual no mês de fevereiro de 2014.

Data	Especificação	Quantidade (unidades)	Custo de Aquisição (unitário)	Valor de Mercado (unitário)
01/02/14	Estoque Inicial	1.000	R\$ 5,00	R\$ 5,30
06/02/14	Compra	2.000	R\$ 5,90	R\$ 5,90
20/02/14	Consumo	500	–	R\$ 5,70
28/02/14	Consumo	400	–	R\$ 5,50

De acordo com a NBC T 16.10, o valor do estoque final em 28/02/2014 deve ser, em reais,

- (A) 12.390,00.
- (B) 12.300,00.
- (C) 11.760,00.
- (D) 11.970,00.
- (E) 11.550,00.



68. Para cumprir com o previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal, o chefe do Poder Executivo de um município brasileiro decidiu incluir na Lei Orçamentária Anual um dispositivo que determina o critério de limitação de empenho de despesas não obrigatórias por unidade orçamentária, caso seja verificado que a arrecadação da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário. Entretanto, a inclusão deste dispositivo na Lei Orçamentária Anual não é permitida porque fere o princípio orçamentário
- (A) da universalidade.
 - (B) do orçamento bruto.
 - (C) da exclusividade.
 - (D) da anualidade.
 - (E) da unidade.
-
69. Na Lei Orçamentária Anual de um ente federado, são receitas classificadas como Receitas Patrimoniais aquelas oriundas de
- (A) impostos sobre a renda e de dividendos referentes a participações em empresas de economia mista.
 - (B) juros de aplicação financeira e de aluguéis de imóveis.
 - (C) outorga de serviços de transporte rodoviário e de taxas de serviços públicos.
 - (D) alienação de bens imóveis e de serviços hospitalares.
 - (E) remuneração de depósitos bancários e de juros de mora pelo recebimento em atraso de tributos.
-
70. No dia 15/02/2014, um órgão da Administração direta estadual fez o empenho da despesa com serviços de terceiros – pessoa jurídica referente à manutenção dos elevadores do prédio em que são realizadas as atividades de tal órgão. Em 18/02/2014, o prestador de serviço realiza a manutenção dos elevadores e, em 19/02/2014, há a verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito. No dia 28/02/2014, ocorre o pagamento da despesa. Para fins de apuração do resultado de execução orçamentária, conforme Lei nº 4.320/64, e do resultado patrimonial, a despesa deveria ser reconhecida, respectivamente, em
- (A) 15/02/2014 e 18/02/2014.
 - (B) 15/02/2014 e 19/02/2014.
 - (C) 19/02/2014 e 18/02/2014.
 - (D) 28/02/2014 e 19/02/2014.
 - (E) 15/02/2014 e 28/02/2014.
-
71. No Balanço Patrimonial, um item classificado como Ativo Intangível é
- (A) *softwares* integrantes de *hardwares*.
 - (B) títulos e valores mobiliários.
 - (C) direito de uso de imóveis.
 - (D) participações permanentes em empresas.
 - (E) créditos de transferências a receber.
-
72. No dia 15/12/2013, o ordenador de despesa de uma entidade pública da Administração indireta estadual empenhou despesa com Serviços de Consultoria no valor de R\$ 150.000,00. A prestação de serviços pela empresa de consultoria foi iniciada em 06/01/2014 e o contrato prevê o pagamento conforme a consecução das etapas de execução do projeto. No dia 06/02/2014, com base na execução de uma das etapas, cujo valor correspondente era R\$ 40.000,00, foi verificado o direito adquirido pela empresa de consultoria tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito. Com base nestas informações e considerando que não houve cancelamento de empenho em 2013, é correto afirmar que a despesa de R\$ 150.000,00
- (A) foi inscrita em restos a pagar não processados em 2013.
 - (B) foi reconhecida como variação patrimonial diminutiva em 2013.
 - (C) foi empenhada como Despesas de Exercícios Anteriores em 2014.
 - (D) aumentou o superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 31/12/2013.
 - (E) foi inscrita em restos a pagar processados em 2013.



73. Considere as informações sobre Suprimentos de Fundos concedidos no segundo semestre de 2013 por uma entidade da Administração indireta estadual:

Suprimento	Objeto	Valor Concedido	Valor Aplicado	Data da Concessão	Data da Prestação de Contas	Data da Devolução de Valores não Aplicados
Servidor A	Aquisição de combustíveis em viagens	R\$ 300,00	R\$ 280,00	01/10/2013	29/11/2013	05/12/2013
Servidor B	Confecção de chaves	R\$ 500,00	R\$ 390,00	15/10/2013	06/01/2014	07/01/2014

Sabendo que os valores foram aplicados no exercício financeiro de 2013, a contabilização dos suprimentos de fundos, tomados em conjunto, gerou movimentação por

- (A) crédito de R\$ 670,00 na conta “Outras Obrigações de Curto Prazo – Suprimentos de Fundos (F)” em 2013.
 (B) débito de R\$ 800,00 na conta “Uso de Material de Consumo” em 2013.
 (C) débito de R\$ 800,00 na conta “Atos Potenciais Ativos – Execução de Responsabilidades de Terceiros por valores, títulos e bens” em 2013.
 (D) débito de R\$ 20,00 na conta “Crédito Disponível” em 2013.
 (E) crédito de R\$ 110,00 na conta “Receita Realizada” em 2014.

Atenção: Para responder as questões de números 74 e 75, considere as informações apresentadas abaixo.

Em 31/12/2013, uma entidade pública governamental apresentava as seguintes contas com seus respectivos saldos (valores expressos em reais):

CONTAS	SALDO
Adiantamento a Fornecedores	40.000,00
Ajuste de Perdas de Crédito a Curto Prazo	60.000,00
Ajustes de Perdas de Investimentos e Aplicações Temporárias	2.000,00
Almoxarifado	700.000,00
Aluguéis Pagos a Apropriar	7.000,00
Amortização Acumulada (softwares)	2.000,00
Benefícios Previdenciários a Pagar	3.000.000,00
Bens Imóveis	1.500.000,00
Bens Móveis	2.800.000,00
Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional	60.000,00
Clientes	24.000,00
Créditos a Longo Prazo	5.000,00
Créditos de Transferências a Receber	1.800.000,00
Créditos Tributários a Receber	1.100.000,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	400.000,00
Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas	650.000,00
Dívida Ativa Tributária	230.000,00
Empréstimos a Curto Prazo – Interno	1.800.000,00
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	15.000,00
Encargos Financeiros a Apropriar – Interno (referentes aos empréstimos a curto prazo)	6.000,00
Encargos Sociais a Pagar	1.600.000,00
Financiamentos a Curto Prazo – Interno	450.000,00
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo	576.000,00
Participações Permanentes	44.000,00
Pessoal a Pagar	1.000.000,00
Produtos e Serviços em Elaboração	250.000,00
Propriedades para Investimentos	100.000,00
Redução ao Valor Recuperável de Investimentos	1.000,00
Softwares	20.000,00
Títulos e Valores Mobiliários	200.000,00

74. Com base nestas informações, é correto afirmar que o Patrimônio Líquido, em 31/12/2013, era, em reais,

- (A) 274.000,00.
 (B) 80.000,00.
 (C) 154.000,00.
 (D) 160.000,00.
 (E) 130.000,00.



75. Com base nestas informações e considerando que o Patrimônio Líquido era formado somente por Resultados Acumulados (Superávits Acumulados), a soma dos saldos devedores, em 31/12/2013, era, em reais,
- (A) 8.580.000,00.
 - (B) 8.420.000,00.
 - (C) 9.295.000,00.
 - (D) 9.301.000,00.
 - (E) 9.261.000,00.
-
76. São transações que geram, respectivamente, uma variação patrimonial qualitativa e uma variação patrimonial quantitativa aumentativa:
- (A) inscrição de créditos não tributários em dívida ativa e redução a valor recuperável de um bem imóvel.
 - (B) apropriação de encargos financeiros sobre empréstimos a pagar e pagamento a fornecedores.
 - (C) recebimento de créditos tributários e alienação de um bem móvel com ganho.
 - (D) uso de material de distribuição gratuita e reavaliação de bens imóveis.
 - (E) obtenção de uma operação de crédito de longo prazo e amortização de um empréstimo concedido.
-
77. No mês outubro de 2013, uma Secretaria Municipal de Saúde empenhou e liquidou despesa com Equipamentos e Material Permanente referente à aquisição de uma cadeira odontológica, pelo valor de R\$ 12.000,00 (valor de aquisição), para ser utilizada na prestação de serviços à população por meio da Estratégia Saúde da Família. Além disso, empenhou e liquidou despesas no valor de R\$ 1.000,00 com Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica para a instalação da cadeira. Em 01/11/2013, data em que o ativo foi colocado em condições de uso e que a entidade iniciou a sua utilização, a estimativa do valor residual do ativo foi R\$ 3.400,00 e da sua vida útil de 5 anos. A secretaria utiliza o modelo de custo, após o reconhecimento inicial, e o método de depreciação por quotas constantes. Considerando que o valor recuperável da cadeira odontológica, em 31/12/2013, era R\$ 12.700,00, o valor líquido contábil do ativo, em 31/12/2013, era, em reais,
- (A) 12.700,00.
 - (B) 12.680,00.
 - (C) 11.713,33.
 - (D) 11.400,00.
 - (E) 9.280,00.
-
78. No reconhecimento inicial, um ativo intangível gerado internamente que se qualifica para o reconhecimento contábil deve ser mensurado pelo
- (A) custo, o que se restringe à soma dos gastos incorridos a partir da data em que se iniciou a fase de desenvolvimento do ativo intangível, mesmo que não tenham sido atendidos os critérios de reconhecimento.
 - (B) custo, o que inclui a soma dos gastos incorridos nas fases de pesquisa e desenvolvimento do ativo intangível.
 - (C) valor de mercado do ativo quando este for maior do que o valor de custo de desenvolvimento do ativo intangível.
 - (D) valor justo do ativo quando este for maior do que o valor de custo de pesquisa e desenvolvimento do ativo intangível.
 - (E) custo, o que se restringe à soma dos gastos incorridos a partir da data em que o ativo intangível atende os critérios de reconhecimento.
-
79. Os custos de uma escola do ensino médio estadual, no mês de fevereiro de 2014, incluem o valor
- (A) da aquisição de microcomputadores, em fevereiro de 2014, para as salas de informática.
 - (B) do pagamento da energia elétrica consumida em janeiro de 2014.
 - (C) do pagamento da assinatura de um periódico que começou a ser entregue em março de 2014.
 - (D) dos vencimentos e vantagens fixas, referentes ao mês de fevereiro de 2014, dos professores que trabalham na escola.
 - (E) da aquisição de material de consumo para uso em março de 2014.
-
80. Uma transação que gera lançamentos contábeis, concomitantemente, nos subsistemas de informação patrimonial, orçamentário e de compensação é:
- (A) assinatura de um convênio.
 - (B) inscrição de restos a pagar processados.
 - (C) arrecadação de uma receita de prestação de serviços.
 - (D) variação cambial da dívida fundada externa.
 - (E) devolução de um depósito caução.



Atenção: Para responder as questões de números 81 a 84 considere os fatos relacionados, a seguir, referentes ao exercício financeiro de 2013 de uma determinada entidade pública:

- Previsão da receita e fixação da despesa referente à aprovação do orçamento com base na Lei Orçamentária Anual, no valor de R\$ 21.000.000,00.
- Lançamento de receitas tributárias no valor de R\$ 15.000.000,00.
- Arrecadação de receitas tributárias no valor de R\$ 14.800.000,00.
- Lançamento e arrecadação de receitas de serviços no valor de R\$ 3.000.000,00.
- Lançamento e arrecadação de outras receitas correntes – multas e juros de mora no valor de R\$ 300.000,00
- Recebimento de créditos não tributários inscritos em dívida ativa no valor de R\$ 450.000,00.
- Recebimento de aluguéis referentes a 2012 no valor de R\$ 100.000,00.
- Obtenção de operações de crédito de longo prazo no valor de R\$ 2.300.000,00.
- Empenho de despesas com:
 - Pessoal e Encargos Sociais: R\$ 10.000.000,00
 - Outras Despesas Correntes – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica: R\$ 1.200.000,00
 - Outras Despesas Correntes – Material de Consumo: R\$ 3.500.000,00
 - Investimentos – Equipamentos e Material Permanente: R\$ 1.100.000,00
 - Investimentos – Obras e Instalações: 4.500.000,00
 - Juros e Encargos da Dívida: R\$ 100.000,00
- Liquidação de despesas com:
 - Pessoal e Encargos Sociais: R\$ 9.500.000,00
 - Outras Despesas Correntes – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica: R\$ 1.100.000,00
 - Outras Despesas Correntes – Material de Consumo: R\$ 3.300.000,00
 - Investimentos – Equipamentos e Material Permanente: R\$ 1.100.000,00
 - Investimentos – Obras e Instalações: 3.500.000,00
 - Juros e Encargos da Dívida: R\$ 100.000,00
- Pagamento de despesas com:
 - Pessoal e Encargos Sociais: R\$ 8.900.000,00
 - Outras Despesas Correntes – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica: R\$ 900.000,00
 - Outras Despesas Correntes – Material de Consumo: R\$ 3.000.000,00
 - Investimentos – Equipamentos e Material Permanente: R\$ 800.000,00
 - Investimentos – Obras e Instalações: 3.000.000,00
 - Juros e Encargos da Dívida: R\$ 80.000,00
- Pagamento de Restos a Pagar Processados (referentes à despesa corrente) no valor de R\$ 1.300.000,00
- Depreciação do ativo imobilizado no valor de R\$ 2.200.000,00
- Devolução de Depósitos Cauções no valor de R\$ 120.000,00

Informações Adicionais:

- Os fatos geradores das multas e juros ocorreram em 2013
- A despesa com Pessoal e Encargos é relativa à manutenção das atividades governamentais
- Do material de consumo adquirido, foram consumidos R\$ 3.000.000,00 em 2013 e não havia estoque inicial em 2013
- Os serviços de terceiros (pessoa jurídica) referem-se à manutenção dos veículos em uso na entidade pública e foram prestados em 2013
- Os juros e encargos são referentes ao exercício de 2013

81. Com base no regime de competência, o resultado patrimonial do exercício financeiro de 2013 foi, em reais,
- (A) 2.950.000,00.
 - (B) 2.100.000,00.
 - (C) 1.100.000,00.
 - (D) 3.630.000,00.
 - (E) 2.400.000,00.
-
82. No exercício de 2013, o resultado de execução orçamentária, em reais, conforme Lei nº 4.320/64, for superavitário em
- (A) 100.000,00.
 - (B) 450.000,00.
 - (C) 750.000,00.
 - (D) 2.350.000,00.
 - (E) 550.000,00.
-
83. Na Demonstração dos Fluxos de Caixa referente ao exercício financeiro de 2013, as atividades de investimento consumiram caixa, em reais, no valor de
- (A) 6.800.000,00.
 - (B) 4.600.000,00.
 - (C) 2.400.000,00.
 - (D) 3.800.000,00.
 - (E) 3.350.000,00.



84. No Balanço Financeiro referente ao exercício financeiro de 2013, o total dos itens classificados como recebimentos extraorçamentários é maior que o total dos itens classificados como pagamentos extraorçamentários, em reais, em
- (A) 2.300.000,00
 - (B) 2.420.000,00
 - (C) 500.000,00
 - (D) 100.000,00
 - (E) 2.750.000,00
-

85. Considere as seguintes afirmativas sobre as Receitas e Despesas Públicas:
- I. Os estágios da receita orçamentária são: previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento.
 - II. A classificação da despesa orçamentária, segundo a sua natureza, compõe-se de categoria econômica, grupo de natureza da despesa e elemento de despesa.
 - III. As despesas são classificadas em três categorias econômicas: correntes, de capital e transferências intragovernamentais.
 - IV. A receita oriunda de amortização de empréstimos concedidos é classificada como receita corrente.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
 - (B) II e III.
 - (C) III e IV.
 - (D) II e IV.
 - (E) I e III.
-

86. Considere as seguintes afirmativas sobre a Dívida Pública:
- I. Os serviços da dívida a pagar constituem compromissos financeiros exigíveis que compõem a dívida flutuante.
 - II. Os depósitos e os débitos de tesouraria integram a dívida fundada.
 - III. O passivo financeiro compreende as obrigações, cujos pagamentos independem de autorização orçamentária.
 - IV. A dívida fundada compreende os compromissos de exigibilidade inferior a doze meses com fornecedores de material de consumo.

De acordo com a Lei nº 4.320/64, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) III e IV.
 - (B) II e III.
 - (C) I e II.
 - (D) II e IV.
 - (E) I e III.
-

87. Em uma entidade pública governamental, o recebimento de depósito caução gera lançamentos contábeis em contas com informação de natureza
- (A) patrimonial, apenas.
 - (B) patrimonial e típica de controle, apenas.
 - (C) orçamentária e típica de controle, apenas.
 - (D) orçamentária, apenas.
 - (E) orçamentária e patrimonial, apenas.
-



88. Quanto à natureza da informação típica de controle, o recebimento de um veículo por uma entidade governamental, com a respectiva verificação do direito adquirido pelo credor, gera o seguinte lançamento contábil:
- (A) D – Crédito disponível
C – Crédito empenhado a liquidar
 - (B) D – Disponibilidade por destinação de recursos comprometida por empenho
C – Disponibilidade por destinação de recursos comprometida por liquidação e entradas compensatórias
 - (C) D – Crédito empenhado a liquidar
C – Crédito empenhado liquidado a pagar
 - (D) D – Bens móveis – veículos
C – Fornecedores a curto prazo
 - (E) D – Crédito disponível
C – Disponibilidade por Destinação de Recursos comprometida por empenho
-
89. Para realizar o teste de recuperabilidade de um ativo imobilizado (*Impairment*), é necessário determinar o valor recuperável do respectivo ativo, o qual é definido como
- (A) a diferença entre o seu valor justo e o seu valor bruto contábil.
 - (B) o maior valor entre o seu valor de mercado menos o custo para sua alienação e o seu valor líquido contábil.
 - (C) a diferença entre o seu valor em uso e o seu valor de mercado menos o custo para sua alienação.
 - (D) o maior valor entre o seu valor de mercado menos o custo para sua alienação e o seu valor em uso.
 - (E) o menor valor entre o seu valor de mercado menos o custo para sua alienação e o seu custo histórico.
-
90. Considere as seguintes assertivas a respeito de um ativo imobilizado adquirido por R\$ 100.000,00 à vista, com vida útil estimada em 10 anos e valor residual igual a R\$ 10.000,00.
- I. A depreciação deve ser reconhecida até que o valor líquido contábil do ativo seja igual a zero.
 - II. O valor da perda acumulada por redução ao valor recuperável é considerado no cálculo do valor líquido contábil do ativo.
 - III. A entidade detentora do ativo deve optar entre valorá-lo pelo modelo do custo ou da reavaliação após o reconhecimento inicial.
 - IV. O valor residual e a vida útil econômica do ativo devem ser revisados, pelo menos, ao final de cada exercício financeiro.
- É correto o que se afirma em
- (A) I e III, apenas.
 - (B) II e IV, apenas.
 - (C) II, III e IV, apenas.
 - (D) I, II e III, apenas.
 - (E) I, II, III e IV.
-
91. Em uma entidade pública governamental, uma transação que aumenta o total do ativo é
- (A) pagamento de fornecedores de ativo fixo.
 - (B) recebimento de depósitos restituíveis.
 - (C) arrecadação de receita de serviços.
 - (D) recebimento de dívida ativa tributária.
 - (E) pagamento de alugueis antecipados.
-
92. Em uma entidade pública governamental, uma transação que reduz o total do passivo é
- (A) inscrição de dívida ativa não tributária.
 - (B) recebimento de adiantamento de clientes.
 - (C) amortização de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária.
 - (D) reconhecimento de juros sobre a dívida fundada.
 - (E) apropriação de prêmios de seguros.



93. Considere as afirmativas abaixo.

- I. As organizações Sociais e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público quando recebem recursos repassados voluntariamente pela União estão obrigadas, nas aquisições de produtos e contratações de serviços com referidos recursos, adotar a modalidade licitatória denominada de Pregão, na forma eletrônica, devendo, necessariamente, justificar a adoção da forma presencial.
- II. A Lei nº 8.666 de 1993 prevê cinco modalidades de licitação, quais sejam: concorrência, tomada de preços, convite, concurso e leilão; a Lei nº 10.520 de 2002 disciplina nova modalidade licitatória, porém veda a aplicação subsidiária das normas da primeira.
- III. Em razão dos princípios da eficiência e da economicidade é facultado ao administrador combinar as modalidades licitatórias previstas na Lei nº 8.666 de 1993 para, com isso, alcançar a melhor contratação possível e implementar a denominada Administração de resultados.
- IV. A Lei nº 8.666 de 1993 indica os critérios de aplicação da modalidade licitatória concorrência, que, nesse sentido, é obrigatória para o registro de preços a que se refere o seu artigo 15, § 3º, I, ressalvada a possibilidade de utilização do pregão, conforme artigos 11 e 12 da Lei nº 10.520 de 2002.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) II e III.
- (C) III.
- (D) III e IV.
- (E) IV.

94. Considere as afirmativas abaixo.

- I. A Administração pública está obrigada à licitação regra que é excepcionada pela Lei nas denominadas hipóteses de dispensa e de inexigibilidade de licitação.
- II. A diferença entre as duas hipóteses de contratação direta está no fato de que, na dispensa, não há possibilidade de competição que justifique a licitação, porque só existe um objeto ou uma pessoa que atenda à necessidade da administração; na inexigibilidade, ao contrário, há possibilidade de competição, mas a Lei faculta à Administração não realizá-la.
- III. Às contratações realizadas com fundamento no regime diferenciado de contratações (RDC) aplicam-se, nos termos da Lei, as hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação, previstas nos artigos 24 e 25 da Lei nº 8.666 de 1993, havendo, ainda, necessidade de obediência ao disposto no artigo 26 da mesma Lei.
- IV. As hipóteses de inexigibilidade de licitação previstas em lei são exaustivas não havendo possibilidade de aplicação a situações não prevista expressamente, porque constituem uma exceção à regra geral que exige licitação.
- V. Cabe ao administrador, utilizando-se de juízo discricionário, parcelar o objeto da licitação para lançar mão da hipótese de dispensa de licitação prevista em Lei e, com isso, atender de forma mais eficiente às necessidades da Administração.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) II e III.
- (C) I e III.
- (D) III e IV.
- (E) IV e V.

95. A Prefeitura do Município de Águas Brancas, tentando utilizar-se do poder de compra da Administração para implementar política pública consistente no fomento à atividade pesqueira, editou Decreto determinando que nos seus procedimentos licitatórios para aquisição de produtos fosse incluída cláusula estabelecendo margem de preferência para bens manufaturados pesqueiros advindos do referido Município. Considerando o caso hipotético, é correto afirmar que:

- (A) a cláusula encontra fundamento no artigo 3º da Lei nº 8.666 de 1993, porque estabelece restrição pertinente e relevante para o atingimento da finalidade de interesse público buscada.
- (B) em razão do princípio da vinculação ao instrumento convocatório da referida cláusula, porque fundamentada em ato regulamentar, é lícita.
- (C) a Lei nº 8.666 de 1993 passou a agasalhar a possibilidade de inclusão de cláusulas restritivas que tais, especialmente quando fundamentadas na garantia do desenvolvimento local e no incentivo ao mercado interno.
- (D) a cláusula conflita com os princípios da isonomia, da competitividade e da legalidade, que são alicerces da licitação, razão pela qual qualquer interessado que se sinta lesado poderá impugnar o edital.
- (E) a previsão editalícia não conflita com os princípios regeadores do agir administrativo, porque encontra fundamento na exceção à regra da isonomia, consubstanciada no princípio da licitação sustentável, que, para os fins a que se destina, independe da forma de manejo.



96. Em relação ao Planejamento de Auditoria, considere:
- I. No início dos seus trabalhos, o auditor deve considerar se existe uniformidade nas práticas contábeis adotadas pela entidade.
 - II. Na determinação dos fatos relevantes que serão examinados, não cabe ao auditor determinar a partir de que valor estes fatos serão considerados.
 - III. o Planejamento da Auditoria é um processo que se inicia logo após a contratação dos serviços.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) III.
 - (B) II e III.
 - (C) I.
 - (D) II.
 - (E) I e III.
-
97. De acordo com as Normas Brasileiras de Auditoria, entre os princípios fundamentais de ética profissional relevantes para o auditor quando da condução de auditoria de demonstrações contábeis, figura a
- (A) publicidade.
 - (B) fidedignidade.
 - (C) legalidade.
 - (D) oportunidade.
 - (E) integridade.
-
98. Os papéis de trabalho
- I. devem conter o registro dos procedimentos de auditoria executados, da evidência de auditoria relevante obtida e das conclusões alcançadas pelo auditor.
 - II. devem ser preparados de forma suficiente para que sejam compreendidos por qualquer usuário da informação contábil.
 - III. têm como objetivo auxiliar a execução dos exames, servir de suporte aos relatórios e como prova em questões judiciais.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I.
 - (B) II.
 - (C) I e III.
 - (D) I e II.
 - (E) II e III.
-
99. Os papéis de trabalho devem ter abrangência e detalhamento para propiciar a compreensão do planejamento de auditoria em grau
- (A) suficiente.
 - (B) adequado.
 - (C) relevante.
 - (D) exato.
 - (E) relativo.
-
100. Quando o auditor conclui que as demonstrações contábeis são elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável, deverá expressar uma opinião
- (A) conclusiva.
 - (B) favorável.
 - (C) não modificada.
 - (D) modificada.
 - (E) idônea.